

Brasil endurece com os credores

por Paulo Sotero
de Nova York

O governo brasileiro não aceitará novos acordos provisórios com os bancos, não tomará conhecimento de uma nova ameaça de reclassificação dos empréstimos dos bancos norte-americanos ao Brasil pelo governo dos Estados Unidos e não pagará os juros da dívida a partir de janeiro se até meados daquele mês os credores não tiverem negociado os termos de um reescalonamento do principal da dívida de 1986 a 1989 e de uma parcela substancial dos juros de 1987 a 1989.

Mais do que isso, uma vez acertados os termos do acordo, a retomada dos pagamentos de juros, no primeiro semestre de 1988, dependerá da disposição dos bancos de financiar interiramente uma parte da conta, através de uma forma a ser discutida.

Essas afirmações, feitas ontem em Nova York pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, indicam um endurecimento considerável da posição negociadora do País no momento em que os representantes do governo, liderados por Fernão Bracher, abrem mais uma rodada de entendimentos com os banqueiros, com vistas a um acordo de renegociação mais amplo.

Falando a este jornal, o ministro da Fazenda afirmou que, ao concordar com o acordo provisório anunciado no início do mês passado, que inclui um empréstimo de curto prazo de US\$ 3 bilhões ainda não fechado, "fiz uma concessão atendendo a um pedido do sr. Baker (o secretário do Tesouro dos EUA, James A. Baker III), que me pediu três vezes para aceitar uma solução que evitasse a reclassificação do crédito

GAZETA MERCANTIL
- 2 DEZ 1987